



---

## ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2020

Data: 20/02/2020 Local: Espaço Energia

Campo Grande – MS

### CONSELHEIROS / SECRETÁRIO EXECUTIVO

Rosimeire Cecília da Costa

Presidente - Comercial

Eliamar José

Conselheira Titular - Rural

Erivaldo Marques

Conselheiro Titular – Residencial

Maria Rita Barcellos

Conselheira Suplente \_ Residencial

Denise Simões

Secretária Executiva - Titular

### ENERGISA / CONVIDADOS

Cristiane

Agepan

Márcia Sandim

Analista Comercial da EMS

Fernanda Mathias

Jornalista

Fabrizio Cerchiari

Responsável por Projetos EMS

Paulo Henrique Lelis

Técnico Responsável pelas Regularizações da EMS

---

### Secretaria Executiva do CONCEN

Av. Gury Marques, nº 8000, Bloco 2 - CEP: 79072-900 - Campo Grande-MS

Fone: (67) 3398-4483 - e-mail: concen@energisa.com.br

1 Às 14h13 do dia 20 de fevereiro de 2020, no Espaço Energia, localizado na Av. Afonso Pena, nº 3901,  
2 Jardim dos Estados, em Campo Grande-MS, foi iniciada a 1ª Reunião Ordinária de 2020. A Sra.  
3 Rosimeire Cecilia da Costa, Presidente do Conselho, deu início à reunião, com a leitura da pauta,  
4 composta pelos seguintes itens: **Aprovação da ata da reunião anterior; Repasse da reunião sobre o**  
5 **aprimoramento da REN 451/11; Atualização das ações de acesso à tarifa social; Informações**  
6 **sobre a estruturação do site e aprovação da empresa a ser contratada; Informes Gerais.** A  
7 presidente cumprimentou a todos, ressaltou que este é um ano de muitos eventos. “Nosso ano começou  
8 bem antes do Carnaval, tivemos ações da TSEE, reunião em Brasília”. Também destacou que área de  
9 concessão receberá, em agosto, o encontro dos conselhos do Grupo Energisa, e há um pedido para que  
10 seja feito em Bonito, porém, em 2018, ocasião em que ocorreu o encontro nacional dos conselhos da  
11 Energisa, foi feito naquele município, processo bastante trabalhoso e caro, mas serão levantados os  
12 custos. Segue a reunião para o **item 1, aprovação da ata**, sem nenhuma alteração; **Repasse da**  
13 **reunião sobre o aprimoramento da REN 451/11;** A Sra. Rosimeire informa que também  
14 encaminhou aos conselheiros, como ciência, convites, sendo um deles para participar da entrega do  
15 IASC, em que a EMS era uma das finalistas e outro convite para reunião do dia 13/02, com vistas ao  
16 aprimoramento da REN 451, que foi o último tema sobre o qual fez sustentação oral na Aneel, em  
17 2019, pedindo inclusão da pauta. Também haverá audiência pública até setembro para consultar quais  
18 entidades desejam participar do CONCEN, considerando que o atual mandato segue até 31/12/2020 e,  
19 então, haverá posse dos novos conselheiros. As entidades vão se apresentar, mas se houver outra  
20 associação que queira participar, o Pleno pode definir por isso. Passa à apresentação das discussões  
21 quanto ao aprimoramento da 451, explica que tentou falar com o Conselheiro Erivaldo para que  
22 também participasse, o Sr. Dídimo aceitou o convite, porém, no domingo anterior à viagem sofreu  
23 acidente doméstico e não pôde participar. Relata que o CONCEN contribuiu no sentido de sugerir  
24 outras reuniões com grupos menores, exemplificando que o próprio Centro-Oeste tem uma quantidade  
25 reduzida de concessionárias, são elas: CEB, EMS, EMT, São Patrício e ENEL. “O que senti e percebi  
26 é que a Aneel quer colher subsídios de todos e estar com tudo aprovado no primeiro semestre, por  
27 conta do mandato”. A modelagem do encontro com os conselhos, foi fazer perguntas reflexivas aos  
28 conselheiros e ao final explicaram o porquê dessa metodologia: são questões que ocorrem pelo menos  
29 três vezes por dia na agência. “O diretor-ouvidor - Dr. Efrain estava lá e quebrou a dinâmica da  
30 programação, e sugeriu que às 16h fosse realizada uma apresentação sobre o tema de Geração  
31 Distribuída, vez que o processo ainda não está encerrado e ainda há possibilidade de esclarecimento da  
32 população sobre o tema. Em relação à apresentação sobre o tema do aprimoramento da REN 451/11, a  
33 intenção era fazer com que as pessoas que ali estavam se sentissem participantes do processo, o  
34 problema é que os interlocutores não conseguem ser objetivos”. Todo o trabalho se deu a partir de  
35 reflexões como “quem é o conselheiro que queremos?”, os conselheiros reclamam de não ter dados,  
36 mas a presidente do CONCEN ponderou que os dados estão disponíveis a qualquer tempo. Em síntese,  
37 ficou evidente que “o conselheiro que a gente quer” é o que saiba e que tenha a 414 “como bíblia”.  
38 Ainda em demonstração ao pouco engajamento, alguns conselheiros falaram sobre necessidade de  
39 capacitação, o que levou um especialista em P&D, da EDP para esta ação, sendo que todos  
40 conselheiros receberam senha do Gesel, mas não tinham acessado o portal e, ao mesmo tempo,  
41 cobravam capacitação. “Temos a honra de ter o Jenner que fez três EADs”, enalteceu a presidente,  
42 sobre o engenheiro electricista e consultor de MS, Jenner Ferreira. Em outra provocação, feita durante o  
43 encontro, sob o tópico “o que nos afasta destes desejos”, foram colocados os requisitos para ser

44 conselheiro, uma manifestação que vem da REN 138, por exemplo, que os conselheiros titulares  
45 eleitos por voto não podem ser mudados, ainda que não integrem mais as entidades representativas da  
46 classe que o indicaram. “Há alguns equívocos. Tem de ser revisados, cada um traz questões de sua  
47 classe, mas olhamos para o todo. Estamos aqui representando 1.098.000 consumidores, na área de  
48 concessão da EMS. Em todo o País, devemos ter uns 23 conselheiros que não têm vínculo. O mandato  
49 é do conselheiro, a instituição é responsável por indicar o candidato”. Foram tratadas das regras de  
50 rotatividade, atribuição do secretário executivo, o que, na visão da presidente, para ter sido listado, é  
51 sinal de que houve problemas, uma vez que as atribuições estão na norma, sendo a principal  
52 designação deste agente ser um elo entre Conselho e Distribuidora. Por fim, a presidente menciona  
53 momento em que se fala sobre o caráter consultivo dos Conselhos junto às concessionárias, porém,  
54 deliberativo quanto às questões atinentes ao Conselho. Lembra que a reunião para os secretários  
55 executivos será nesta terça-feira, 18/02. “Nosso conselho é muito qualificado, temos professora,  
56 economista, engenheiro electricista, advogada, bióloga. Temos o primeiro semestre com esta pauta e  
57 vou enviar para vocês a evolução da tarifa e a pauta”. A presidente fala sobre facilidade para  
58 articulação com diretores de áreas da Energisa, sobre peculiaridades das entidades, limitações para  
59 atuação dos conselheiros e que o problema reside nas entregas dos conselhos. A Sra. Eliamar pontua  
60 que há também as limitações das instituições em disponibilizar quadros e, quanto à oxigenação,  
61 justamente sobre a dificuldade de trocar este quadro, que é quando a pessoa já está a par dos processos,  
62 o que pode não ser interessante para o Conselho. A presidente observa que há como contratar um  
63 consultor, como faz o CONCEN. Lembra que a atuação é voluntária, mas a Sra. Maria Rita pondera  
64 que não entende como voluntariado por tratar-se de dispensa da entidade contratante. A presidente  
65 acertou de mandar a todos os slides da reunião na Aneel e sugeriu que seja contratado o seguro de  
66 saúde no ato de compra da passagem, que já conversou com alguns conselheiros e que é um custo  
67 baixo, porém, ainda uma das questões sem resposta, destacando que, inclusive, já houve morte de  
68 conselheiro em viagem. **Atualização das ações de acesso à TSEE.** A presidente apresenta o Sr.  
69 Fabrício, o Sr. Paulo Lelis e a Sra. Márcia e a designa para seguir com as explicações. Porém, antes,  
70 apresenta aos Conselheiros a ata da reunião de 21/01 com lideranças indígenas, na presença do diretor  
71 da EMS, Sr. Paulo Roberto dos Santos. A Sra Márcia fala sobre a dificuldades do cadastramento,  
72 lembrando que é um trabalho dinâmico com pessoas entrando e saindo ao mesmo tempo e o descuido  
73 das pessoas quanto à atualização do NIS no CRAS é o maior desafio. “Tivemos evolução significativa  
74 no mês 07, com inclusão do BPC, porém somente em janeiro mais 17 mil foram excluídas, em  
75 decorrência da fiscalização bolsa família, atualização junto aos CRAS. A gente cadastra e fala da  
76 importância, percebemos que as pessoas estão se aculturando com a necessidade de atualização a cada  
77 dois anos, mas o tempo passa e as pessoas se esquecem”. Lembra que todas as pessoas com benefícios  
78 do governo federal, exceto LOAS e BPC, têm de ir ao CRAS e atualizar o NIS. É preciso, então,  
79 solicitar junto à Energisa a tarifa social, desde que compra os critérios e, se aprovada a TSEE, a  
80 concessionária envia mensagem dizendo que foi aprovada e, se não foi, da mesma forma é enviada  
81 mensagem detalhando os motivos. Mostrou a evolução do cadastro da TSEE, atingindo pico de  
82 147.044 cadastrados em julho/2019, estando em 142.870 em janeiro/2020. “Estamos no momento com  
83 trabalho com indígenas que contam com tabela diferenciada no desconto da conta”. Para não indígenas  
84 e quilombolas, chega a 60%, já os indígenas e quilombolas são isentos nos primeiros 50 kw e o  
85 desconto é regressivo, conforme a faixa de consumo. A Sra Eliamar pergunta como é no interior, se a  
86 pessoa vai até Energisa, munida com seus documentos, a presidente Rosimeire diferencia, lembrando

87 que existe também a tarifa social rural. Márcia lembra que precisam estar como residencial baixa renda  
88 indígena e há casos que estão como rural e é preciso fazer a readequação. Lembrou de ação, em  
89 janeiro, em quatro aldeias de Nioaque, às quais o CONCEN voltará na presente semana, além das  
90 urbanas de Campo Grande, Santa Mônica, Marçal de Souza e Água Bonita e Darcy de Souza (a ser  
91 visitada 22/02) em Campo Grande. Passa a explicar como é feito o cadastramento por autodeclaração e  
92 RANI, mas que é preciso haver correspondência com o que consta nas declarações no CRAS, se não  
93 estiver assim lá é orientado a ir no CRAS e se autodeclarar, porque hoje muitos já têm o RG e não  
94 RANI. A presidente faz um resgate da atuação em Amambai, em 2019, em que o Sr. Erivaldo mostrou  
95 uma fatura de UC chegando à casa dos R\$ 500,00 (quinhentos reais), valor importante para a família.  
96 “Isso fez com que apresentássemos a pretensão de comandar automaticamente a mudança como tarifa  
97 social indígena; a Energisa articulou, falei com Dr. Mattar, tirei fotos, mostramos a situação de  
98 vulnerabilidade, e a Aneel autorizou a Energisa a comandar”. Lembra que durante a reunião de 21/01,  
99 foi conversado com lideranças sobre a importância de regularização de áreas em alguns casos, ocasião  
100 em que o representante da Funai estava presente. Ressaltou que na próxima semana haverá o  
101 fechamento das ações na quarta aldeia urbana e será repassado aos Srs Fabrício e Paulo a demanda por  
102 padrões. Da mesma forma, será procedido em Nioaque na presente semana. A presidente conta que na  
103 Santa Monica foi constatada uma UC com fatura de R\$ 764 (Setecentos e sessenta e quatro reais)  
104 porque estavam conectadas três famílias em um único padrão. O Sr. Fabrício inicia seu relato, partindo  
105 da reunião de 21/02, em que foram apresentadas as demandas das aldeias, algumas na iminência de  
106 serem regularizadas, o que é condição básica para atuação da concessionária, sendo que, nos casos das  
107 aldeias Paravá, Estrela do Amanhã e Vila Serrana, a empresa já está de posse da documentação e está  
108 previsto em orçamento. Porém, quanto à Inápolis e Água Funda, ainda não há documentação. Relata  
109 que no caso da Marçal de Souza, onde esteve na semana passada, foram encontradas nove situações de  
110 apenas um padrão em duas casas. O levantamento está sendo concluído para análise de poderá ou não  
111 haver instalação de mais padrões. A presidente Rosimeire conta que conversou com uma senhora que  
112 cuida da OCA, que relatou que havia mais casos, mas estavam trabalhando naquele momento. Foi  
113 deixado cadastro com cacique responsável para que fizesse levantamento de nomes e entregasse ao Sr.  
114 Josias, cacique da Marçal de Souza, que confirmou presença no próximo sábado 22/02, na ação da  
115 Darcy Ribeiro. Resgatando visita na aldeia Jaguapiru, de Dourados, onde esteve em ano anterior com a  
116 Sra. Márcia e o Conselheiro Erivaldo, a presidente fala que foi questionada sobre o valor que deve ser  
117 pago pelo padrão e a concessionária informa que são R\$ 500,00 em 24 vezes, com desconto em conta.  
118 A presidente passa palavra ao Sr. Paulo que diz que, tecnicamente, vai precisar de apoio do Conselho,  
119 que a ampliação da rede para as aldeias está em orçamento, porém, fisicamente, muitas vezes a área  
120 não se encontra como está no projeto. A Sra. Rosimeire pontua que, no caso da Santa Mônica, está  
121 ligada à Secretaria de Governo, que tenta aproximar o poder público com essas lideranças, que antes  
122 de entrar na área técnica é preciso avanço no campo político. Fala sobre a importância da prospecção e  
123 do avanço na regularização, relatando casos em que a fatura da família foi zerada e outras que  
124 passaram a R\$ 34, R\$ 49. O Sr. Paulo observa que obteve junto à Semadur levantamento de áreas  
125 aprovadas, mas não conta a Água Funda, localizada aos fundos do Jardim Noroeste e que, em breve,  
126 deve ser agendada reunião por meio da Sra. Raquel. O trabalho foi no sentido de sinalizar a quem  
127 pertencia tal área. A presidente lembrou de situação na Aldeia Limão Verde, em Amambai, em que o  
128 capitão recebia auxílio de um professor, que o CONCEN se comprometeu a voltar à Jaguapiru,  
129 situação que ficou alinhavada com a Secretária e CRAS, no intuito de avançar com a regularização.

130 Porém, esta semana recebeu a resposta negativa da prefeita de Dourados, Délia Razuk, diante do  
131 momento político. A Sra. Márcia observa que a área é regularizada, mas há necessidade de mais  
132 padrões. A presidente do CONCEN ressalta que, neste processo, o Conselho está responsável pela  
133 locação do veículo, de mais rápido deslocamento. Com a agenda para Nioaque, na quarta-feira, a  
134 presidente menciona intenção de falar com a Dra. Mariza (Defensoria Pública de Dourados), uma vez  
135 que, ainda que o calendário das eleições recomende cuidado com ações sociais, devem ter  
136 continuidade as políticas advindas de Lei. A Sra. Márcia apresenta aos conselheiros o caderno do NIS,  
137 a presidente diz que o Dr. Homero (Defensoria Pública CG) recomenda anotar o número da UC. A sra  
138 Maria Rita questiona se a UC pode estar no nome de um branco, se for cônjuge de índia, a Sra. Rosi  
139 explica que a conta pode estar no nome dele, mas o cadastro no nome dela. Ressalta, inclusive, que,  
140 em recente entrevista ao site Campo Grande News, durante atendimento na Aldeia Marçal de Souza,  
141 explicou que a TSEE não tem relação com o Bolsa Família. A Sra. Márcia lembra que no  
142 preenchimento do NIS há campo para informar a UC, mas que as pessoas não dão atenção. Segue para  
143 apresentação sobre o **site do CONCEN** e a presidente exhibe aos Conselheiros os orçamentos de  
144 engenharia do site, com orçamento pela empresa Homem Máquina (RJ), fornecedora da  
145 concessionária, no valor de R\$ 12 mil para criação e R\$ 1.220,00 mensais de hospedagem e  
146 manutenção. Mesmo escopo de engenharia foi enviado para empresa sediada em CG (MS), TAG 3 que  
147 apresentou valor de R\$ 3.400,00 para construção e R\$ 200,00 mensais de hospedagem, suporte e  
148 manutenção. Deliberaram os conselheiros pela contratação da empresa de menor valor, a TAG 3.  
149 **Informes Gerais.** Segue a presidente sobre consulta aberta para obter subsídios para revisão dos  
150 parâmetros de continuidade, partindo da revisão da REN 038. Apresenta aos demais conselheiros  
151 dados levantados pelo consultor Sr. Ricardo Vidinich, começando pelos custos da Tarifa Brasil, B1  
152 média, R\$ 677/MHh, sobre principais reclamações, sendo 53% por interrupção no fornecimento.  
153 Pondera que os números de reclamações talvez mudem com edição da 027 de 2018, AP sobre  
154 atendimento, em que o consumidor vai informar se trata de reclamação ou informação. Passa aos  
155 indicadores de teleatendimento, enfatizando o nível de abandono ou não atendido. Segue para  
156 qualidade, tempo médio de atendimento de ocorrências emergenciais, 8h-9h; pedidos de aferição e  
157 ressarcimento. “É sempre um drama, conversamos sobre isso na última reunião, do ano passado. Dá  
158 impressão que as pessoas não querem nem trazer as questões para o administrativo da empresa.  
159 Precisamos ter em mente que judicializar é um drama para todos, sabemos do passado, de tentativa de  
160 burla, a gente recebe casos no Procon e temos encaminhado para a Agepan. Esse é um nó, que a gente  
161 precisa deslindar”, observa a presidente. Entra, então, no indicador DEC, que a área de concessão  
162 tem a média de 20 horas, o que significa que se chega a 40 horas. Já quanto ao FEC, novamente  
163 avaliando os últimos 12 meses, a situação mais favorável. Em resumo, de 01 a 12/2019 foram 4  
164 milhões de UCs reclamando, R\$ 11,3 milhões de compensações pagas no período, isso porque a  
165 ultrapassagem está em R\$ 5,00 e a proposta da AP é elevar a R\$ 20,00. “Na verdade, hoje a  
166 compensação não significa nada para ninguém. A gente sempre fala para Aneel que não temos  
167 consumidores de segunda classe, porque o kw é para todos, sejam os residenciais ou rurais”, assevera a  
168 presidente. Observa que, em Rio Brilhante, rural, o limite do DEC, que já é muito superior, de 71  
169 horas, está sendo ultrapassado, ficando em 73,22 horas. “O ideário é dar um *input* à concessionária,  
170 porque o consumidor de todas as regiões paga o mesmo valor. Em Terenos, chama atenção dos  
171 Conselheiros o DEC de 26,91 horas, estando 23 km da Capital, uma vez que cada conjunto tem um  
172 limite, em que a Aneel considera suas peculiaridades. A representante da Agepan, Sra Cristine diz que

173 a fiscalização está ciente do cenário, mas ainda não definiu ação. A presidente Rosimeire observa que  
174 há quatro anos o CONCEN vem reclamando sobre “a situação de cidadão de segunda classe”. Destaca  
175 que na última reunião, de dezembro, o presidente da EMS, Sr. Marcelo Vinhaes assegurou que haverá  
176 investimentos robustos para o rural e que este é o caminho, uma vez que a compensação não resolve.  
177 Em seguida, os conselheiros aprovam o calendário de reuniões, proposto pela secretaria para 2020,  
178 observando que serão feitas alterações, se necessárias. A Sra. Eliamar fala sobre a dificuldade de  
179 irrigantes, no que toca o licenciamento e recadastramento, e solicitação direcionada ao Sr. Paulo Lelis,  
180 que afirma não ser difícil levantar o contingente. A presidente observa que o grande fator que inibiu o  
181 sul-mato-grossense de aderir foi a lei da cobrança da água, uma vez que muitos que iriam colocar pivô  
182 e estão olhando duas situações: que vão pagar a água e estão em cima do Aquífero Guarani, com  
183 reserva de água é mineral. A Sra Eliamar diz que Famasul não tem números de irrigantes, se não pelo  
184 censo, somente tem acesso às associações e ciência de há produtores que usam. “Vamos fazer contato  
185 com associações, tentar dar contribuições à nota técnica, uma vez que o produtor depende de  
186 licenciamento para outras coisas”. A presidente fala, por fim, que enviou a todos o convite para  
187 Encontro dos Consumidores em Florianópolis (SC), em que a pauta será mais centrada na Celesc e,  
188 portanto, o CONCEN vai priorizar a ida para o Encontro de Manaus (AM). A Sra Eliamar se dispõe a  
189 participar de comissão para organização do encontro regional em MS, a ser realizado no mês de  
190 agosto, e a presidente informa que conversou com o Sr. Dian, secretário suplente do CONCEN, sobre a  
191 possibilidade de se realizar no Novotel porque tem o IBIS do lado, onde e a tarifa é mais acessível. A  
192 Sr.a Eliamar propõe a realização no Hotel do Lago e se dispõe a checar as condições. Sem mais nada a  
193 ser tratado, a reunião foi encerrada.



Rosimeire Cecília da Costa  
Presidente do CONCEN



Denise Simões  
Secretária Executiva do CONCEN